

# **POLÍTICAS ECONÔMICAS RECENTES E AS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL: uma análise da estrutura do desemprego nos primeiros trimestres de 2019 e 2020**

**Italo do Nascimento Mendonça<sup>1</sup>  
Otávio Junio Faria Neves<sup>2</sup>  
Carolina Rocha Batista<sup>3</sup>**

---

DOI: <https://doi.org/10.36113/rec.v7i1.3210>

---

**Resumo:** O presente estudo buscou analisar as características recentes do mercado de trabalho da Região Nordeste do Brasil nos primeiros trimestres de 2019 e 2020. O processo metodológico foi realizado em duas etapas: uma análise descritiva de algumas taxas que caracterizam o mercado de trabalho nordestino no período mencionado; e, em segundo lugar, identificaram-se mudanças na composição do desemprego no Nordeste, de acordo com a metodologia de Corseuil et al. (1997). Através da análise descritiva, verificou-se que todos os grupos analisados aumentaram sua taxa de desocupação nos trimestres analisados. Os indivíduos negros, mulheres, jovens e os trabalhadores com ensino fundamental e médio foram aqueles que mais sofreram pelos problemas do mercado de trabalho da região. Os fatores relacionados à demanda por trabalho foram os que mais tiveram impacto nesses indivíduos, quando se analisa a composição do desemprego nesse território. Como considerações finais, sugere-se que a Região Nordeste seja alvo de uma agenda de políticas que incentivem a demanda e que busquem a diminuição da desigualdade entre gêneros e que permita que os grupos mais fragilizados desse mercado de trabalho possam ser reinseridos em suas atividades econômicas e sociais, desfrutando de uma vida digna já no curto prazo, finalizada a parte mais crítica da pandemia no Brasil.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho. Região Nordeste do Brasil. Desigualdade Regional.

## **RECENT ECONOMIC POLICIES AND THE CHARACTERISTICS OF THE LABOR MARKET IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL: an analysis of the structure of unemployment in the first quarter of 2019 and 2020**

**Abstract:** The present study sought to analyze the recent characteristics of the labor market in the Northeast Region of Brazil in the first quarters of 2019 and 2020. The methodological

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia (UFU). Mestrado em Economia (UNIFAL-MG). Graduação em Ciências Econômicas (UNIFAL-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8095-0561>. E-mail: [italo.mendonca@ufu.br](mailto:italo.mendonca@ufu.br).

<sup>2</sup> Doutorado em Demografia (IFCH/UNICAMP). Mestrado em Economia (PPGEconomia/UNIFAL-MG). Graduação em Economia (UNIFAL-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7248-5439>. E-mail: [otavionevescg@hotmail.com](mailto:otavionevescg@hotmail.com).

<sup>3</sup> Mestrado em Economia (UNIFAL-MG). Graduação em Ciências Econômicas (PUC-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4863-5497>. E-mail: [carolrb15@hotmail.com](mailto:carolrb15@hotmail.com).

process was carried out in two stages: a descriptive analysis of some rates that characterize the northeastern labor market in the mentioned period; and, in second place, changes in the composition of unemployment in the Northeast were identified, according to the methodology of Corseuil et al. (1997). Through descriptive analysis, it was found that all groups analyzed increased their unemployment rate in the quarters analyzed. Black individuals, women, young people and workers with primary and secondary education were those who suffered most from the problems of the region's labor market. The factors related to the demand for work were those that had the greatest impact on these individuals, when analyzing the composition of unemployment in this territory. As final considerations, it is suggested that the Northeast Region be the target of a policy agenda that encourages demand and that seeks to reduce gender inequality and that allows the most vulnerable groups in this labor market to be reinserted in their economic activities. and social, enjoying a dignified life in the short term, after the most critical part of the pandemic in Brazil ended.

**Keywords:** Labor Market. Northeast Region of Brazil. Regional Inequality.

**JEL Codes:** R10; R11; R23.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, apresenta regiões muito diversas entre si, não apenas cultural e socialmente, mas com mercados de trabalhos e situações econômicas que destoam uma das outras. De acordo com Guimarães Neto (1997), estruturas produtivas, relações de trabalho, condições de vida e outros fatores se apresentam de forma desigual não apenas entre as macrorregiões do país, como também no interior de cada uma destas.

A Região Nordeste do Brasil, por sua vez, é historicamente marcada por um processo de desenvolvimento que foi passando por modificações ao longo das últimas décadas. É somente a partir de 1950, com a ação estatal favorável a instalação e o desenvolvimento de uma indústria nacional, que esse território começa a aparecer nas discussões sobre desenvolvimento regional no país. Além disso, o início da atuação dos economistas dentro dos órgãos técnicos do governo, aliado a pressões políticas e sociais fizeram com que o Nordeste adquirisse um novo olhar em relação ao planejamento de seu desenvolvimento.

No período recente o território brasileiro passou por crises econômicas, políticas e sociais, as quais impactam negativamente todas as regiões brasileiras. Em um país marcado por suas intensas desigualdades regionais presente em seu vasto território é muito importante atingir o equilíbrio entre o campo político e econômico, para que assim possam reduzir-se as desigualdades que ainda permanecem no século XXI. Entre as regiões brasileiras, destaca-se a Região Nordeste, que é uma das localidades mais impactadas pelas vigentes transformações políticas e econômicas ocorridas no país. Desta maneira, compreender o mercado de trabalho nordestino atual torna essa pesquisa importante para as tomadas de decisões futuras dos governos locais.

O objetivo do trabalho é entender e analisar as características recentes do mercado de trabalho da Região Nordeste nos primeiros trimestres de 2019 e 2020. Para alcançar tal proposta, em uma primeira etapa será feita uma análise descritiva das taxas de desocupação, ocupação e participação para os seguintes grupos: gênero, raça/cor, faixa etária e escolaridade. Ademais, na segunda etapa a pesquisa se fundamenta em examinar as mudanças na composição do desemprego no Nordeste no período em análise, de acordo com a metodologia de Corseuil et al. (1997). Para tanto, utilizam-se os dados disponíveis pela Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios Contínua (PNADC) realizada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parte-se da hipótese de que, historicamente, a Região Nordeste é marcada por ser a que apresenta maior desigualdade social e regional dentre as divisões territoriais do Brasil e, além disso, ainda hoje, a região apresenta elevados níveis de desocupação, principalmente entre grupos sociais mais fragilizados, como os negros e as mulheres. Mesmo com as mudanças políticas econômicas recentes implementadas a nível federal, busca-se evidenciar que ainda assim os problemas no mercado de trabalho nordestino se mantêm. O trabalho se justifica na medida em que assimilar as mudanças recentes nas políticas econômicas para o Nordeste pode trazer contribuições para a formulação de novas propostas que visem diminuir a desigualdade que prevalece nessa região. Além disso, traz novos elementos para melhorar as condições do mercado de trabalho nordestino, ao exibir como as políticas econômicas para a região nos últimos governos afetaram positiva ou negativamente as condições de ocupação desse locus de trabalho.

Além desta introdução, na próxima seção apresenta-se de forma sucinta o processo de desenvolvimento da Região Nordeste, iniciando-se pelo debate gerado na década de 1950 e avançando até o segundo governo Lula, em 2010. Na terceira seção, discute-se como a Região Nordeste e o Brasil foram afetados pelas mudanças de direção na condução das políticas econômicas e sociais dos governos recentes. A quarta seção deste trabalho analisa as mudanças no mercado de trabalho na Região Nordeste entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, com reflexões sobre o que foi mencionado nas seções anteriores. Por fim, condensam-se as considerações finais deste trabalho.

## 2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste foi o local onde se constituíram as origens da colonização portuguesa no território brasileiro. Ao longo dos séculos, esse espaço passou por inúmeras transformações no que tange não só ao meio ambiente, mas também na organização social, nas atividades produtivas e na composição do mercado de trabalho como um todo. Estudar o território nordestino é um esforço de entender como, com o passar do tempo, as decisões políticas e econômicas moldaram suas características para que ele chegasse ao atual patamar de desenvolvimento.

Os estudos iniciais sobre as características econômicas do Nordeste apontam para o atraso relativo da região se comparada, principalmente, às regiões consideradas mais dinâmicas, como as regiões Sudeste e Sul. Essa discussão apareceu em um momento em que se debatia a ação estatal como norteadora das ações de desenvolvimento econômico nas nações. Segundo Uderman (2008), até aquele momento – meados da década de 1950 – a falta de condições de planejamento que permitiam a formulação de estratégias sólidas de desenvolvimento regional e a integração de objetivos comuns para o Nordeste criava uma situação de dispersão de recursos e esforços para que se alcançasse algum resultado tangível, de fato.

Para que esse cenário fosse alterado, era necessário entender um pouco do processo de formação da economia nordestina. Furtado (1962) mostra que os debates sobre a região não começam apenas após a Segunda Guerra Mundial, mas sim, no século XIX. Durante o Império já se criavam comissões para resolver problemas em relação às chamadas ‘secas nordestinas’. Logo, estabeleceu-se uma cultura de que os problemas da região eram simplesmente atrelados a questões climatológicas e geológicas, devido à falta de água, recurso essencial para as atividades econômicas lá desenvolvidas.

Porém, ainda segundo Furtado (1962), o problema era mais profundo: a região tinha uma fragilidade econômica e social decorrente de características estruturais moldadas no

decorrer dos séculos de economia colonial e imperial, que não foram resolvidas com o passar do tempo. Logo, o problema do Nordeste seria relacionado ao seu próprio desenvolvimento e a integração com as outras regiões. De acordo com Diniz (2009), é com a crescente relevância das questões urbanas e a tomada de consciência dessas desigualdades, aliada ao corpo técnico da economia que cada vez mais se inseria em cargos dispostos nos órgãos e instituições governamentais, que finalmente o desenvolvimento do Nordeste é colocado em discussão ampla dentro das esferas republicanas.

Assim, no governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, a partir do estudo denominado “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado por Celso Monteiro Furtado, se iniciava uma tentativa de planejar o desenvolvimento da Região Nordeste. Um primeiro resultado importante desse momento foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em dezembro de 1959. Esse fato marca a estruturação de um modelo de intervenção do governo central com caráter desenvolvimentista e pautado em anseios regionais diversos.

Coordenando todos os programas e projetos de inversões federais na Região Nordeste, outorgando incentivos fiscais e financeiros com vistas à atração de investimentos, planejando e executando as intervenções formuladas, a SUDENE, cujo principal agente financeiro era o BNB dava formas concretas ao processo de integração do espaço econômico nacional (UDERMAN, 2008, p.107).

Segundo Colombo (2018), apesar da SUDENE ter nascido de uma iniciativa do governo federal, o órgão só conseguiu ser criado graças a um acordo político coletivo, que envolvia também governadores dos diversos estados da região e até mesmo de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo. Logo, somente com essa cooperação ativa e positiva, seria possível uma tentativa de planejamento regional para o Nordeste, através dessas transformações estruturais. Cano (2018) discorre também que a formulação de uma política para o Nordeste acontece em decorrência de pressões políticas daquele período, expressas principalmente por causa das secas, da concentração industrial no estado de São Paulo, de volumosos recursos federais utilizados para a construção de Brasília, do debate nacional acentuado em torno do subdesenvolvimento nacional e regional e também dos crescentes movimentos sociais reivindicativos que ganhavam força no final da década de 1950.

No relatório elaborado pelo GTDN e nas ações desenvolvidas pela SUDENE, fica evidente o caráter cepalino expresso nas relações Centro-periferia. O Nordeste, pelo seu atraso relativo, ficaria com sua condição periférica dado o poder dinâmico do Centro (que seriam principalmente as regiões Sudeste e Sul). “Esse é um esforço de não analisar a região de forma isolada, mas sim, examiná-la através da articulação de sua estrutura interna com o exterior e com a região Centro-Sul do país” (DINIZ, 2009, p.238).

Desse modo, percebe-se então que a partir da década de 1950 os problemas regionais ganham destaque na política nacional e culminam na criação de alguns órgãos específicos para o combate à redução de desigualdades, principalmente na Região Nordeste. Porém, dada a ruptura do processo democrático em 1964, o problema do desenvolvimento regional assume outra forma. Conforme Diniz (2009, p.240), “as mudanças políticas decorrentes do golpe militar de março de 1964 alteraram a ênfase nas linhas de ação. Essas foram concentradas em apenas duas frentes: expansão da malha de infraestrutura (transportes, energia elétrica e saneamento) e suporte à industrialização”.

A ascensão dos militares ao poder em 1964 retira de cena algumas discussões que seriam decisivas para a Região Nordeste na segunda metade do século XX. Ainda se pensava na integração desse território com o restante do Brasil, porém, dando mais ênfase na resolução de questões de infraestrutura e apoios pontuais ao processo de industrialização que já estava

ocorrendo em todo o Brasil. Isso seria uma característica presente em todo o período dos governos militares. Assim, as questões sociais e outras características intrínsecas da região nordestina ficam em segundo plano, em prol de uma política de crescimento meramente econômico.

Essa mudança de direção na condução das políticas econômicas para o Nordeste acabou por agravar as desigualdades regionais, intensificando alguns problemas desse cenário, como, por exemplo, a migração de pessoas entre as regiões. No período entre 1964 e o final da década de 1980, “essas políticas estiveram, em alguma medida, subordinadas ao governo central” (LIMA, 1998, p.44). Além disso, com as crises do petróleo na década de 1970 e os problemas de dívida que a economia brasileira adquire no início da década de 1980, a discussão sobre políticas de redução de desigualdades regionais começa a perder força. Segundo Nasser (2000, p.151) nesse período “as políticas regionais foram muito desacreditadas, devido à perda do valor concedido ao planejamento governamental em substituição à valoração das forças de mercado como mecanismos propulsores para alcançar a eficiência econômica”.

No final da década de 1980, a Região Nordeste possuía uma taxa de alfabetização inferior do que a média registrada no Brasil e pelas outras regiões. Além disso, a renda *per capita* se comportava da mesma forma. Um fato marcante era que o nordestino vivia, em média, seis anos a menos do que os moradores das regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste e quase doze anos a menos do que residentes na região Sul (LOIOLA, 2003). Essas características demonstram que mesmo com o crescimento econômico registrado no Nordeste nas décadas anteriores, a desigualdade ainda era evidente, independentemente das políticas econômicas e sociais concretizadas na região.

Com a Constituição promulgada em 1988, há uma mudança no federalismo existente no país. Não só os estados, mas também os municípios são conferidos com amplos poderes, sendo os municípios declarados até mesmo como entes federados. Essa descentralização de poderes criou algo conhecido como “guerra fiscal”, principalmente entre os estados brasileiros. De acordo com Colombo (2018, p.305), “um dos efeitos deletérios dessa guerra é que ela vem ressaltar a assimetria regional e, na maioria das vezes, promove uma piora no quadro de desigualdade regional”. Os estados utilizam desse mecanismo renunciando parte de receitas futuras de impostos e propiciando condições de infraestrutura exigidas por empresas de grande porte e avançadas internacionalmente. Essas práticas acabam por distorcer os princípios federativos. Logo, conforme Diniz (2000, p. 343) “nessa guerra, ganham os estados mais desenvolvidos, com melhores condições locais e maior cacife financeiro e político. Isto seguramente agravará as desigualdades regionais”. Tais desigualdades, as quais podem traduzir um abandono das políticas federais de desenvolvimento, fizeram com que a Região Nordeste tivesse que ‘ceder’ muito mais para atrair capital nativo e capital externo nesse período (GUIMARÃES et al., 2014).

Na primeira metade da década de 1990, após inúmeras tentativas falhas de conter o avanço do processo inflacionário, acontece um movimento de liberalização e abertura econômica. “A rápida abertura comercial promovida nos anos 1990, associada a câmbio valorizado e juros elevados, afetou o tecido industrial existente, iniciando movimento que alguns denominam de desindustrialização, cujo germe se localiza naquele momento” (BACELAR, 2014, p.542). O desmonte da indústria nacional que se iniciou nessa década foi responsável pela perda de milhares de postos de trabalho formais na economia brasileira, agravando as condições do mercado de trabalho nacional e atribuindo a condição de informalidade a um grande número de trabalhadores do país.

Nesse cenário, Araújo, Souza e Lima (1997) discutem que a Região Nordeste, mesmo registrando taxas de crescimento maiores do que o restante do país, foi a mais prejudicada, dadas as características intrarregionais do seu mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a existência de polos regionais em alguns estados e a falta de integração em muitas regiões

nordestinas, ocasionam, ao mesmo tempo, problemas como o excesso demográfico em alguns locais e a baixa demanda por mão de obra em outros. Portanto, o território nordestino na década de 1990 apresentava características bem peculiares, com localidades marcadas por desemprego elevado e outras com baixo nível de desemprego. Isso refletia disparidades marcantes na economia do Nordeste. A região concentrava quase 30% da população do Brasil, porém, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional não passou de 16% em 1998. Além disso, o PIB *per capita* dos nordestinos representava apenas 56% do valor do PIB *per capita* nacional no mesmo ano. Por sua vez, em 1997, o índice de Gini que era de 0,60 no Nordeste era maior do que para o Brasil (0,58), enquanto o Sul apresentava o valor de 0,54 para esse coeficiente (LIMA, 2005).

Na segunda metade da década de 1990, com a estabilização monetária conquistada, há uma transformação na atuação governamental. O Estado passa a exercer novamente o papel de indutor ao desenvolvimento econômico, mas dessa vez incorporando novos conceitos, como a teoria do Capital Social e também “a generalização de preocupações com o desenvolvimento local à agenda de desenvolvimento brasileiro, discutindo as suas implicações para o Nordeste” (UDERMAN, 2008, p.106). É com a incorporação dessas novas abordagens, que vão além da visão simplória de que a industrialização nordestina seria o suficiente para superar os obstáculos ao desenvolvimento, que as bases para uma nova atuação do Estado são criadas para execução a partir do século XXI.

Bacelar (2014) aponta que políticas que afetaram a renda das famílias impactaram mais fortemente a Região Nordeste se comparada com o mesmo impacto na região Sudeste. A Tabela 01 apresenta que, entre 2000 e 2010, o rendimento médio das famílias nordestinas cresceu em magnitude maior do que a média do Brasil e até mesmo das regiões Sudeste e Sul, consideradas mais desenvolvidas. Isso significa que as políticas de garantias de valorização real do salário mínimo e de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, tiveram importância significativa para garantir esse cenário.

**Tabela 01** – Brasil e Regiões: evolução do rendimento médio das famílias: 2000-2010.

Área Geográfica	2000* (R\$)	2010 (R\$)	Taxa (%) de crescimento médio anual (2000-2010)
Nordeste	790,46	1.369,51	5,6
Centro-Oeste	1.537,74	2.526,78	5,1
Sul	1.452,45	2.386,26	5,1
Norte	1.006,96	1.653,55	5,1
Brasil	1.372,51	2.127,33	4,5
Sudeste	1.697,23	2.490,95	3,9

Fonte: BACELAR (2014, p.547)

Nota: \* Valores a preços de 2010, deflacionados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Com o início do governo Lula, o Nordeste ganhou um pouco mais de atenção no que tange à esfera federal de políticas públicas específicas para a região. Em 2003, é formulada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que, segundo Arruda (2018, p.71), “partindo de um diagnóstico econômico e social e da persistência das disparidades regionais, colocava como objetivo superá-las”. Essa legislação foi seguida da criação, em 2006, do PNDE (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste), elaborado conjuntamente com a atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), – que é o órgão que substituiu a

SUDENE – com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e o Departamento de Desenvolvimento Regional (DRP/SDR), órgãos ligados ao Ministério da Integração Nacional. Além disso, segundo Tânia Bacelar (2014), durante a primeira década do século XX, a Região Nordeste foi beneficiada pelo aumento do financiamento de grandes bancos públicos, como o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que investiram em empresas públicas relacionadas a atividades como hidreletricidade, energia eólica, refinarias, siderurgia, indústria automotiva e petroquímica, dentre outros.

Destarte, discorre-se que a Região Nordeste adquiriu maior importância nas políticas federais num cenário recente. Todavia, ainda assim, os níveis de desigualdade da região são alarmantes quando comparados à outras regiões do país. Desse modo, a década de 2010 se inicia com a necessidade de se apontar “para a necessidade de estratégia política consistente, deliberada e articulada, partindo de um diagnóstico sistêmico e que tenha como horizonte a efetiva transformação estrutural da região” (ARRUDA, 2018, p. 89).

Conforme demonstrado nos anos recentes com a elaboração da PNDR, criação do PNDE e integração com outras instituições, buscou-se seguir diretrizes em prol de formulações e execução das políticas no governo a fim de exercer um papel com maior atenção a Região Nordeste. Durante o governo Lula e posteriormente o de Dilma Rousseff houve atuações para distribuição de renda, geração de empregos e desenvolvimento da região e, para Carvalho (2018, p.21), o Nordeste “na primeira década e meia da era pós-SUDENE (2000-2015) tem alcançado taxas maiores de crescimento econômico, comparadas à média nacional, e apresentado melhorias expressivas nos seus indicadores sociais”.

Os anos posteriores foram marcados por trocas de governo assim como o modelo de direcionamento das políticas econômicas. Desta forma, faz-se necessário a contextualização das políticas e governos recentes que apesar de caracterizarem planos de nível federal, impactam diretamente nas execuções de desenvolvimento regional do Nordeste, principalmente no que diz respeito a evolução do mercado e trabalho, conforme será demonstrado na seção a seguir.

### **3 AMBIENTE POLÍTICO E ECONÔMICO RECENTE DO BRASIL E DA REGIÃO NORDESTE**

Em um país marcado historicamente por desigualdades regionais que geraram impactos na modernização e desenvolvimento econômico e social, dois elementos aparecem como fundamentais para se alcançar a harmonia entre a esfera política e econômica e reduzir as desigualdades existentes: a definição clara dos objetivos econômicos do Estado e a aplicação dos métodos estabelecidos atrelados à noção de continuidade de tais objetivos. Nesta perspectiva, avalia-se a seguir se as propostas de políticas e reformas econômicas e sociais dos governos recentes têm seguido uma linha de continuidade ou mudanças de diretrizes no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Brasil, assim como a redução das desigualdades sociais. Os principais temas abordados na esfera política de que trata medidas adotadas pelos últimos governos são a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e atuações do governo do Presidente Jair Bolsonaro em geral.

De acordo com Cardoso Júnior (2019), a Constituição Federal de 1988 estabelece de maneira clara as diretrizes e objetivos da nação em prol do desenvolvimento nacional. Entretanto, uma vez que tais objetivos são executados por meio da atuação da Administração Pública, ocorre a liberdade para que o Poder Executivo elabore e execute suas próprias políticas fazendo com que o arranjo institucional fique condicionado a projetos prioritários de cada

governo que, por sua vez, implementam políticas públicas de acordo com as necessidades estatais. Desta forma, cada governante possui autonomia para realizar modificações nos instrumentos e perfil das políticas públicas que melhor se ajustem aos projetos definidos, o que pode ocorrer tanto em âmbito federal quanto em esfera estadual e municipal, viabilizando, entre outras medidas, até mesmo na ocorrência das chamadas “guerras fiscais”.

A última década foi marcada por trocas de governos que afetaram diretamente as instituições e a determinação de políticas públicas sociais e econômicas ocasionando fragilidades na democratização, no grau de desenvolvimento, na atuação do Estado na economia e também na forma de governo como República. Tais fatos ocasionaram em um contexto econômico atual de crises em diferentes campos, com contradições no âmbito político e impasses na esfera econômica doméstica e internacional.

Ao avaliar a economia brasileira nos últimos anos, Carvalho (2018) exemplifica a descontinuidade e mudança no direcionamento das políticas aplicadas pelo governo na economia brasileira. Enquanto no governo Lula (2003-2010) seguiu-se em dois mandatos diretrizes em prol da distribuição de renda, investimentos públicos e acesso a créditos, no governo Dilma houve mudanças importantes que geraram impactos relevantes sobre tais diretrizes como, por exemplo, as desonerações e subsídios ao setor privado e corte nos investimentos que iniciaram um caminho rumo à austeridade. Michel Temer, por sua vez, após assumir a presidência, aprofunda tais mudanças e, por fim, eleito o atual presidente Bolsonaro, a agenda econômica passa a ser ainda mais oposta aos objetivos iniciados durante os anos do governo Lula.

Na perspectiva de avaliação ao que diz respeito à continuidade ou ruptura das políticas econômicas dos governos recentes, segundo Oreiro e Paula (2019), pode-se afirmar que apesar da grande mudança econômica ter se iniciado ainda no governo de Dilma Rousseff após a implementação da Nova Matriz Econômica em 2012, foi apenas a partir do governo Temer que as políticas passaram a ser direcionadas por uma agenda ortodoxa-liberal em que há diretrizes de políticas fiscais contracionistas a exemplo da aprovação da PEC de gastos<sup>4</sup>, como também de reformas liberalizantes, reformas previdenciária e trabalhista. Desta forma, há continuidade entre as políticas do governo Michel Temer em conjunto com o Ministro da Fazenda Meirelles e logo após com Bolsonaro e o Ministro da Economia Paulo Guedes. Além disso, por considerar que o principal problema da estagnação econômica estar correlacionado a “crônica falta de demanda”, a opção por adoção de um ajuste fiscal em contexto de problemas conjunturais e estruturais de maneira não gradual, mas sim de impactos já no curto prazo, poderão impedir um novo ciclo de crescimento da economia.

Segundo Barbosa Filho (2017), o Brasil encontrava-se entre os anos de 2014 e 2017 numa forte crise resultante de erros de política econômica de anos anteriores. No intuito de recuperar a economia, a sugestão seria solucionar o problema fiscal para a estabilização da relação dívida/PIB paralelo a um conjunto de reformas que fosse capaz de recuperar o crescimento do produto potencial doméstico. Além disso, para o autor a redução da intervenção do Estado na economia, a flexibilização do mercado de trabalho e elevação da terceirização são caminhos que levarão ao aumento da produtividade do país. Desta forma, “a aprovação da PEC do teto dos gastos, combinada com o envio da reforma da previdência, marca o início da solução da crise de sustentabilidade da dívida” (BARBOSA FILHO, 2017, p.51).

O argumento de Barbosa Filho (2017) e de outros economistas e políticos do país no que diz respeito à aplicação de reformas não ficou apenas em sugestões e perspectivas, pelo contrário, foi tomando forma a cada ano e se materializando no governo seguinte ao do Presidente Michel Temer. Embora apenas a Reforma Trabalhista e a PEC dos gastos se

---

<sup>4</sup> Promulgada no Congresso em 15 de dezembro de 2016 no governo de Michel Temer, a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos foi criada com intuito de alcançar equilíbrio nas contas públicas do país estabelecendo um limite para os gastos do governo federal durante vinte anos.

materializaram em seu governo, agora, durante o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, a Reforma da Previdência que antes havia sido interrompida por crises políticas, foi promulgada em novembro de 2019. Tendo como Ministro da Economia o economista Paulo Guedes – que atribui à crise que se arrasta nos últimos anos como sendo resultante do descontrole dos gastos públicos do país - o governo Bolsonaro aprofunda significativamente a agenda econômica iniciada com o governo Michel Temer e assume como sendo um governo pertencente de agenda econômica de cunho liberal.

As propostas do Plano de Governo de Jair Bolsonaro apresentam uma agenda liberal que sugere cada vez mais a redução do tamanho do Estado na economia e a adoção do livre mercado para alcance do equilíbrio econômico. Passados um ano e seis meses de mandato, apesar de várias propostas, a maioria está sendo efetivamente realizada e cada uma delas impacta de maneira diferente sobre o desenvolvimento econômico e social do país. Paralelo a estas realizações no campo econômico, no atual ano de 2020 não só o Brasil, como o mundo sofre com a crise de saúde pública instaurada por uma pandemia. O que se analisa a seguir são os impactos causados por tais reformas e direcionamento das políticas econômicas, assim como o impacto do vírus sobre a atual etapa de estagnação econômica.

As reformas implementadas nos últimos anos são interpretadas e defendidas de maneiras distintas. O que não se pode discordar trata-se do impacto real que cada uma delas gera na sociedade, uma vez que, através da análise da evolução de indicadores econômicos, pode-se chegar a uma conclusão geral. O crescimento econômico pode sim gerar impactos positivos na economia, mas a necessidade de observação sobre o desenvolvimento econômico e social é primordial para diminuir as consequências ocasionadas pelas diferenças regionais no Brasil, assim como os impactos das reformas sobre as políticas sociais e, conseqüentemente, sobre o nível de pobreza e desigualdades sociais. Para os que são defensores de tais reformas, o consenso iniciado ainda no governo de Michel Temer seria o de que após a aprovação das mesmas a economia voltaria a crescer, o desemprego iria diminuir e haveria uma recuperação cíclica econômica.

Apesar das promessas da reforma trabalhista se basearem em aumento do número de postos de trabalho e formalização dos vínculos empregatícios, ao analisar as variáveis de desemprego no Brasil atual, Filgueiras (2019, p.16), observa que “as taxas de desemprego têm sofrido poucas alterações (tanto o desemprego aberto, quanto a subutilização da força de trabalho), e os níveis de informalidade têm crescido.” A título de números observa-se através dos dados da PNAD que, enquanto o desemprego total atingia 26,554 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2017 antes da vigência da reforma, este número passou a ser de 28,524 milhões de pessoas em maio de 2019, ou seja, um aumento de 7,41%.

Já no que diz respeito ao impacto da Reforma Trabalhista sobre as condições de trabalho, Krein e Oliveira (2019) afirmam que a reforma pode provocar um efeito de desconstrução dos sistemas de direitos e proteção social das pessoas, o que pode ser ocasionado pelo aumento da vulnerabilidade gerada pela exposição à intensificação da concorrência de mercado, aceitação de postos de trabalho informais e precários, ou, por exemplo, dificuldades sobre o acesso a direitos de seguridade social. Além disso, deve-se considerar que no contexto atual de crise econômica, tais impactos negativos sobre o mercado de trabalho são ainda mais intensos fazendo com que, para alguns, a única possibilidade de inserção no mercado de trabalho seja via aceitação de postos com baixa remuneração, menos proteção e sujeito a concorrência predatória, tudo isso interligado a novas modalidades de trabalho como a terceirização, pejotização, contrato intermitente de trabalho e trabalho autônomo.

Para Zanin Júnior (2019) a reforma trabalhista pode estar correlacionada com a reforma previdenciária no que diz respeito à qualidade de vida e acesso aos benefícios previdenciários do trabalhador, sendo que em um contexto atual de flexibilização das leis trabalhistas, além dos impactos relacionados à queda dos direitos dos empregados, maior rotatividade e menor

segurança no trabalho, há também o efeito que tal reforma provoca sobre o número de contribuintes visto que com a reforma previdenciária, poderá ocorrer transferência de contribuintes para o regime de previdência privada, o que gera queda na arrecadação do Regime Geral de Previdência Social e agrava a situação do sistema. Ou seja, trata-se de uma reforma previdenciária de caráter estrutural que modifica o sistema sem levar em consideração as consequências de possíveis quedas na arrecadação.

Diante de tais reformas, a partir da avaliação das medidas aplicadas pelos governos recentes há indicativos de que a economia brasileira segue rumo a adoção de políticas de cunho ortodoxo, almejando a mínima presença do Estado na economia simultaneamente a redução da atenção a políticas sociais. Entretanto, uma vez que já se passaram alguns anos na presença da execução das reformas e aplicação de ideias mais liberais na economia, faz-se necessário repensar até que ponto a redução do Estado provocará efeitos positivos para a sociedade. De acordo com dados do IBGE (2020) enquanto a taxa de desemprego continua se elevando, o PIB a preços de mercado que vem desde 2011 apresentando forte tendência de queda, ao apresentar 0,9% de variação no primeiro trimestre de 2020 - taxa acumulada em quatro trimestres em relação ao mesmo período do ano anterior - indica que a perspectiva de recuperação econômica não está se concretizando mesmo após as reformas dos últimos governos. Tudo isso, combinado com os efeitos da crise aprofundada pela pandemia, deixa indicativos de que a necessidade da intervenção governamental em relação aos gastos públicos torna-se fundamental.

Com toda a situação vivenciada pela crise econômica e mudança no direcionamento das políticas econômicas adotadas nos governos de Michel Temer e Bolsonaro, o ano de 2020 chega a ser mais conturbado tendo em vista a ocorrência dos impactos gerados pela crise de saúde pública do coronavírus. Ao avaliar a situação da economia brasileira em paralelo ao acontecimento dos impactos da pandemia no país, Carvalho (2020) argumenta que diante das tentativas de realização de ajustes das contas públicas por meio de reformas e corte de investimentos que já vinham sendo realizadas e aprofundadas neste mesmo ano, a dificuldade para sair da crise e alcançar uma recuperação econômica torna-se ainda mais complicada.

Nas palavras de Carvalho (2020), diante do agravamento da crise em 2020 e as consequências do vírus no país em paralelo ao contexto de uma agenda ultraliberal do governo Bolsonaro, as funções do papel do Estado na economia começam a ser repensadas em prol do combate a crise, o que faz com que as necessidades do momento sejam diferentes da ideologia da atual equipe econômica. Não apenas no governo de Michel Temer em 2016, houve tentativa de impulsionar a demanda com a liberação das contas do FGTS e PIS/Pasep, mas também no governo Bolsonaro esta tentativa de estímulo à economia foi novamente feita, o que para Carvalho (2020), trata-se de medidas amparadas nos efeitos do multiplicador keynesiano de gasto autônomo. Com a situação das contas governamentais, a economia cada vez mais fora do controle e o decreto de calamidade de saúde pública no país, o Congresso Nacional promulgou em maio de 2020 a emenda constitucional do Orçamento de Guerra facilitando os gastos do governo federal para o combate à pandemia por meio da separação dos gastos do orçamento da União. Desta forma, do total do valor aprovado para os gastos de combate a pandemia, boa parte foi destinada ao pagamento de auxílio emergencial, ampliação do programa de Bolsa Família, seguro-desemprego, auxílios à estados e municípios, financiamento da folha de pagamentos das empresas, entre outros, o que nas palavras de Carvalho (2020, p.23-24), “certamente contribuem para um papel estabilizador do Estado em meio à crise”.

Ainda para Carvalho (2020), a pandemia está contribuindo cada vez mais para revelar as verdadeiras funções do Estado na economia, sendo que as saídas para a crise econômica e social aprofundadas pelo Covid-19<sup>5</sup> devem ser feitas por meio de duas etapas, iniciando-se com

---

<sup>5</sup> A sigla COVID-19 se origina do nome original - Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus) - e o 19 se refere ao ano do registro dos primeiros casos. Para mais informações: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>

ações que visam mitigar os principais efeitos causados na renda e emprego para que, em uma segunda etapa seja possível alcançar os efeitos positivos da aplicação de políticas anticíclicas pela expansão dos gastos do governo. Nesse contexto, repensar as funções do Estado durante e após a pandemia para a retomada da economia, seja através das políticas de transferência de renda para os mais vulneráveis, prestação de auxílio para as empresas a fim de evitar demissões e falências em massa durante a fase inicial da pandemia são essenciais.

Fez-se necessário contextualizar esse período recente de aplicação de políticas econômicas no território brasileiro, dado que esse cenário econômico dos últimos anos tem acentuado ainda mais as desigualdades regionais do país. Além disso, em 2020 com a presença da pandemia, as desigualdades regionais do território brasileiro passam a ser ainda mais agravadas, e se antes da crise o caminho a percorrer para minimizar tais desigualdades era longo, o mesmo passou a ser agora mais distante. No caso da Região Nordeste, que desde o século XX aprofundou seu atraso econômico com graves questões no que diz respeito ao desemprego, saúde e educação, as consequências tendem a ser ainda piores, uma vez que se trata de uma região vulnerável em que o desenvolvimento regional é mais fragilizado em comparação com outras regiões do país.

Como já mencionado na seção anterior, desde o diagnóstico das disparidades regionais e diferenças crescentes entre as regiões Nordeste e Centro Sul do Brasil, com a criação da SUDENE sob secretaria executiva do economista Celso Furtado, buscou-se promover e impulsionar o desenvolvimento da região. Entretanto, com todos os desafios posteriores, tal como a extinção do órgão e sua recriação, observa-se que o objetivo inicial da instituição passou por descuidos e descontinuidades, dificultando ainda mais a minimização entre as diferenças entre as macrorregiões do país.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, as ações em prol do desenvolvimento da Região Nordeste, aparecem em primeiro momento no plano de governo publicado em 2018, onde há uma menção feita sobre a região que diz respeito à potencialidade da mesma na geração de energia. Posteriormente, foi aprovado em maio de 2019 o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), no intuito de propor novos horizontes para as áreas de atuação da SUDENE apresentando como eixo condutor a inovação. No plano, os desafios mencionados para se alcançar o desenvolvimento da região se referem a consolidação de padrões tecnológicos competitivos; reposição da base produtiva da região com ênfase em padrões de gestão e produtividade; consolidação do Sistema Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação; aproximação de estratégias que visem utilização das vantagens comparativas da região e; inserção dos jovens em iniciativas relacionadas como empreendedorismo e inovação (BRASIL, 2019).

Os eixos abordados pelo PRDNE sobre as atuações no Nordeste dizem respeito a estratégias de inovação e competitividade. Entretanto, a realidade da região mostra que seus problemas antigos como abastecimento de água, escolaridade da população, rendimento salarial, saúde, entre outros, ainda não foram efetivamente resolvidos, o que torna inviável a busca por políticas de inovação em um ambiente que não possui estrutura econômica e social para alcançar este fim. Além disso, não se deve desconsiderar o efeito que as políticas econômicas têm sobre a região. Para que o Plano seja eficaz ele deve ter uma atuação conjunta das ações de políticas econômicas, tendo em vista que os efeitos negativos das políticas ultraliberais – queda dos investimentos públicos na região - podem sobressair aos efeitos do PRDNE e resultar em efeitos finais negativos. Tudo isso pode ser confirmado através das análises do mercado de trabalho como o comportamento do nível de desemprego sobre a região. Sendo assim, na seção a seguir será tratada a evolução dos indicadores do desemprego no Nordeste entre os primeiros trimestres de 2019 e 2020.

#### 4 MERCADO DE TRABALHO NO NORDESTE DO BRASIL: primeiros trimestres de 2019 e 2020

A inserção do modo capitalista de produção como sistema predominante no mundo juntamente com o processo de assalariamento na economia tornou o mercado de trabalho um aspecto preponderante do sistema econômico. De acordo com Oliveira e Piccinini (2011), o funcionamento desse mercado é de grande relevância para o nível de atividade econômica em certa localidade. De maneira mais ampla, esse mercado pode ser interpretado “como a compra e venda de serviços de mão de obra, representando o *locus* onde trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociações coletivas que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado” (CHAHAD, 2004, p.381). Ainda consoante a Chahad (2004), esse processo de negociações estabelece simultaneamente os salários, volume de empregos, as situações de trabalho nessa economia e outros pontos importantes na conexão entre trabalho e capital.

O mercado de trabalho brasileiro passou por transformações significativas após o ano de 2015. Em relação a essas mudanças, há de se destacar que os baixos índices da taxa de desocupação evidenciada na economia brasileira desde os anos 2000 até 2015 foram deixados no passado, sendo substituídos por uma tendência de altas taxas de indivíduos desempregados no país (AMORIM, 2020). Além do aumento da taxa de desocupação<sup>6</sup> no país, existem outros pontos a ser mencionados nesse período de mudanças recentes no âmbito do trabalho no Brasil, destaca-se a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, adoção de tecnologias digitais, entre outros aspectos. Conforme Amorim (2020), a agregação de todos esses aspectos concebeu um cenário de altas taxas de desocupação em razão da escassa capacidade da economia brasileira em absorver a oferta de mão de obra. Por meio dessa conjuntura, no término de 2019 e no limiar de 2020, uma branda recuperação podia ser reparada através da evolução da queda lenta da taxa de desocupação (AMORIM, 2020), principalmente nas regiões mais vulneráveis a este cenário, como no caso da Região Nordeste do Brasil.

As características históricas do Nordeste indicam um atraso em relação às outras regiões brasileiras. Ao longo do tempo essa região tem passado por grandes transformações estruturais, indicando uma atenção e relevância nas pautas de políticas econômicas do governo federal. Contudo, apesar de todas essas mudanças positivas na região, ainda assim, essa localidade enfrenta elevados níveis de desigualdades. Deste modo, compreender o mercado de trabalho recente na região é se empenhar em entender como as políticas econômicas implementadas, principalmente, no decorrer do século XXI marcaram suas características no atual desenvolvimento da economia regional.

Diante desse quadro, o presente artigo se fundamenta em analisar os aspectos recentes do mercado de trabalho na região Nordeste nos primeiros trimestres de 2019 e 2020. Para tanto, nessa primeira parte da análise serão averiguadas as taxas de desocupação, ocupação<sup>7</sup> e participação<sup>8</sup> para a região no período proposto pela pesquisa, com as seguintes variáveis: gênero, raça/cor, faixa etária e escolaridade. Em relação ao gênero, é importante a análise, pois se sabe que ainda no século XXI as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro persistem. Ademais, segundo Antigo (2005), as mulheres apresentam historicamente uma taxa de participação na força de trabalho inferior comparativamente aos homens. No que tange a questão da raça/cor, foi dividida essa variável em brancos e negros, escolha justificada pelas questões estruturais que existem no Brasil em relação a essas duas raças (termo utilizado pelo IBGE), uma vez que as demais classificações de cor geram

<sup>6</sup> Compreendida como a relação entre o número de pessoas desocupadas (buscando emprego) e o número de pessoas economicamente ativa em determinado período.

<sup>7</sup> A taxa de ocupação mede o percentual de indivíduos ocupados em relação aos indivíduos na força de trabalho.

<sup>8</sup> Mensura a População Economicamente Ativa (PEA) em relação ao total da População em Idade Ativa (PIA).

controvérsias entre pesquisadores e respondentes das pesquisas. Além disso, deve-se considerar que o Nordeste juntamente com o Sudeste são as regiões que centralizam a maior parcela da população negra e branca ocupada nos trimestres analisados.

A faixa etária foi definida entre jovens e adultos, considerando-se a população jovem como aquela que apresenta idade inferior ou igual a 29 anos e a população adulta como aquele indivíduo que possui idade acima de 29 anos. Ao acrescentar os dados desse grupo, o trabalho procura responder algumas questões que são evidentes na economia perante a faixa etária do trabalhador no mercado de trabalho. Conforme Antigo (2005, p.40), “as decisões de oferta de trabalho dos indivíduos são feitas continuamente ao longo do ciclo de vida ativa da população e a alocação do tempo no mercado de trabalho é feita em diferentes direções nos diversos estágios do ciclo de vida”. Ainda consoante a Antigo (2005), a taxa de participação relativa à idade expressa um formato similar a uma curva no formato de U-invertido, na qual a participação na força de trabalho se eleva em concordância com a idade dos trabalhadores, sendo que tal movimento ocorre até atingir o ápice da vida produtiva.

Finalizando as questões das variáveis utilizadas na pesquisa, a escolaridade nesse trabalho foi determinada em quatro níveis de instrução, a saber: sem instrução, ensino fundamental, médio e superior. A relação da escolaridade e mercado de trabalho é habitual na literatura econômica. Tal associação ganhou destaque por meio dos estudos de Schultz (1967; 1975) e Becker (1964), evidenciando a teoria conhecida como a Teoria do Capital Humano. Em suma, de acordo com os pressupostos dessa teoria, o processo educacional é apontado como um investimento primordial para os indivíduos se inserirem no mercado de trabalho e obterem ótimas remunerações, que são alcançadas através do desempenho de ocupações que precisam de mão de obra qualificada.

Para a computação dessas taxas no período analisado para a região do Nordeste, foram aplicados os dados da PNADC. Essa pesquisa é realizada pelo IBGE em todo o território nacional, e tem como objetivo coletar informações contínuas sobre a inserção da população brasileira no mercado de trabalho associada às características demográficas, educacionais e socioeconômicas. Segundo Mattei e Heinen (2019, p.7), é primordial ressaltar “que a disponibilização trimestral de informações permite fazer análises mais precisas sobre os impactos de eventos conjunturais e/ou institucionais sobre o comportamento e evolução do mercado de trabalho”. A escolha do período se efetuou, como mencionado anteriormente, pelo fato de procurar compreender os aspectos recentes do mercado de trabalho no Nordeste. E tais períodos são os mais recentes disponibilizados pela PNADC, no que se refere ao ano de 2020. O fato de utilizar somente o primeiro trimestre de 2019 em comparação ao de 2020 se deve ao caso de ter coerência na presente análise, dado que no atual momento do trabalho somente o primeiro trimestre de 2020 estava disponibilizado pelo IBGE. Desta forma, a partir desse momento serão analisados os indicadores relacionados ao mercado de trabalho no período vigente, do primeiro trimestre de 2019 e 2020, ponderando as principais considerações dos resultados explicitados.

A princípio, a Tabela 02 indica que na Região Nordeste a taxa de desocupação aumentou no período analisado, sendo uma elevação de aproximadamente 2%, seguida de uma redução na taxa de ocupação (-0,36%) e da taxa de participação (-0,93%). Tais resultados já eram esperados, muito pelo cenário econômico que o país está enfrentando, tanto por questões econômicas como por aspectos políticos. Conforme os estudos de Trovão e Araújo (2019), entre 2004-2015 o emprego formal na região estava acima da média do território brasileiro, porém, no fim de 2014 a taxa de desemprego começa a ter uma trajetória de crescimento, convertendo as situações de elevação do nível de emprego e de redução do desemprego. Desta maneira, os resultados das taxas analisadas nos trimestres de 2019 e 2020 vão de encontro com os aspectos considerados por Trovão e Araújo (2019), ou seja, a taxa de desemprego na região está

aumentando e a ocupação e participação da força de trabalho no mercado de trabalho nordestino tem se atenuado.

**Tabela 02** – Taxa de Desocupação, Ocupação e Participação para Região Nordeste do Brasil: primeiros trimestres de 2019 e 2020.

	2019	2020	Δ%
Taxa de Desocupação (%)	15,26	15,56	1,99
Taxa de Ocupação (%)	84,74	84,44	-0,36
Taxa de Participação (%)	61,99	61,42	-0,93

Fonte: Elaborado pelos autores conforme os dados da PNADC.

Segundo Souza (2020), a taxa de desocupação do território brasileiro se condensa mais na Região Nordeste. Os dados coletados pelo autor demonstraram que no terceiro trimestre de 2019 a taxa de desocupação era de 14,4% na região, ao passo que no Sul essa taxa era equivalente a 8,1%. Desta maneira, os dados evidenciaram que ao longo do período de 2019 a Região Nordeste apresenta uma das mais altas taxas de desocupação do Brasil, assim como o período de 2015-2018. Para entender como essa taxa de desocupação e as demais taxas (ocupação e participação) estão afetando a população nordestina, serão expostos na Tabela 03 os resultados do período analisado na pesquisa para os seguintes grupos: gênero, raça/cor, faixa etária e escolaridade. Os dados permitirão realizar uma comparação entre o primeiro trimestre de 2019 e o de 2020, e verificar como está sendo o movimento do mercado de trabalho nordestino nesse período recente para os grupos analisados, entre eles as mulheres, os jovens e os negros. Tais grupos destacados são os que mais sofrem desigualdades no mercado de trabalho, problemas que ainda estão presentes nas regiões brasileiras, principalmente no Nordeste.

De acordo com a Tabela 03, tanto os homens como as mulheres aumentaram a sua participação na taxa de desocupação, porém destaca-se que a variação entre os trimestres demonstra que a taxa de desocupação da população masculina na região do Nordeste elevou-se em uma maior magnitude do que em relação às mulheres. No que tange a taxa de ocupação verifica-se ambos os gêneros reduziram o percentual na força de trabalho, sendo que essa atenuação foi relativamente igual nos dois gêneros. A taxa de participação, que mensura o percentual dos indivíduos na força de trabalho em relação aos indivíduos com idade para trabalhar, apresentou uma queda no período analisado, sendo uma redução de 1,14% para os homens e uma atenuação de 0,71% para a população feminina. Ressalta-se que a participação dos homens reduziu em uma maior magnitude em relação às mulheres. De acordo com Silva (2020), a dinâmica do mercado de trabalho que vem transcorrendo no século XXI tem sido acompanhada com a melhoria em diversos pontos e a expansão das mulheres na força de trabalho é um aspecto que vem ganhando força com esse movimento. No entanto, é importante destacar que a desigualdade na participação feminina no mercado de trabalho ainda permanece. Esse processo pode ser evidenciado nos dados sobre a Região Nordeste, visto que mesmo com toda essa transformação no mercado de trabalho brasileiro, as mulheres ainda detêm uma taxa de desocupação maior em relação aos homens e a taxa de participação na força de trabalho é bem menor do que a população masculina.

Os dados sobre os brancos e os negros da Região Nordeste revelam que a taxa de desocupação de ambas as raças aumentou no período analisado, destacando o alto índice dos negros, representando 18,43% no primeiro trimestre de 2020. Um interessante aspecto a ser mencionado na análise sobre os brancos e os negros, está relacionado com os resultados sobre a taxa de participação. Os números mostram que os indivíduos negros aumentaram a sua

participação na força de trabalho diferentemente dos brancos. Apesar, dessa elevação ser bem pequena, é um resultado relevante para esse grupo que sofre com questões de desigualdades que estão enraizadas na região e no país desde primórdios históricos. Conforme Fernandes (2019), com a Reforma da Previdência intitulada pelo governo Bolsonaro, a população negra e as mulheres do território brasileiro serão os primeiros a serem afetados negativamente pelas medidas da reforma, principalmente no que se refere aos rendimentos. Os dados sobre esses dois grupos no Nordeste evidenciam que suas taxas de desocupação são elevadas, sendo respectivamente, 17,79% e 18,43%. Portanto, mesmo diante das transformações ocorridas no país na dinâmica laboral, ainda é preciso ter uma maior atenção dos governos regionais e federais com as pessoas negras e as mulheres.

**Tabela 03** – Taxa de Desocupação, Ocupação e Participação para os seguintes grupos: gênero, raça/cor, faixa etária e escolaridade. Região Nordeste do Brasil: primeiros trimestres de 2019 e 2020.

	2019	2020	Δ%	
<b>Taxa de Desocupação</b>	Homens (%)	13,50	13,83	2,46
	Mulheres (%)	17,52	17,79	1,51
	Branco (%)	12,62	12,98	2,86
	Negro (%)	18,00	18,43	2,37
	Jovens (%)	27,42	28,34	3,36
	Adultos (%)	10,15	10,39	2,43
	Sem instrução (%)	10,65	10,88	2,19
	Ensino Fundamental (%)	14,95	15,40	3,03
	Ensino Médio (%)	18,65	18,75	0,55
	Ensino Superior (%)	9,87	10,42	5,49
<b>Taxa de Ocupação</b>	Homens (%)	86,49	86,16	-0,38
	Mulheres (%)	82,47	82,21	-0,32
	Branco (%)	87,38	87,01	-0,41
	Negro (%)	82,00	81,57	-0,52
	Jovens (%)	72,58	71,66	-1,27
	Adultos (%)	89,85	89,61	-0,27
	Sem instrução (%)	89,35	89,11	-0,26
	Ensino Fundamental (%)	85,05	84,60	-0,53
	Ensino Médio (%)	81,35	81,25	-0,12
	Ensino Superior (%)	90,12	89,58	-0,60
<b>Taxa de Participação</b>	Homens (%)	72,98	72,14	-1,14
	Mulheres (%)	51,90	51,53	-0,71
	Branco (%)	64,21	63,35	-1,35
	Negro (%)	67,42	67,48	0,09
	Jovens (%)	51,32	50,57	-1,27
	Adultos (%)	67,93	67,19	-1,10
	Sem instrução (%)	43,54	41,84	-3,90
	Ensino Fundamental (%)	52,54	51,60	-1,80
	Ensino Médio (%)	67,48	66,45	-1,54
Ensino Superior (%)	82,54	81,71	-1,01	

Fonte: Elaborado pelos autores conforme os dados da PNADC.

Os estudos entre jovens e adultos no mercado de trabalho tem se disseminado na literatura nacional, porém em pequena parcela quando comparado aos estudos de desemprego em geral. Entre esses estudos destacam-se os realizados por Menezes-Filho e Picchetti (2000); Flori (2005); Corseuil, Poloponsky e Franca (2018), entre outros. De acordo com Corseuil, Poloponsky e Franca (2018), o mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizado com as suas recentes elevações da taxa de desocupação. E nesse cenário os jovens têm sido os mais impactados com esse processo de crescimento do desemprego no país. Conforme Flori (2005), os jovens possuem elevadas taxas de desocupação, muito superiores quando comparado com os trabalhadores mais velhos, e esse cenário é característico de todos os países. No que tange os dados sobre a Região Nordeste no período analisado da presente pesquisa, verifica-se que os resultados são consoantes com os estudos mencionados, visto que o aumento da taxa de desocupação entre os trimestres foi bem maior entre os jovens (3,36%) em comparação com os adultos (2,43%). Também vale destacar a elevada taxa de desocupação dos jovens no Nordeste no primeiro trimestre de 2020, que representa um percentual de 28,34%. Em relação à taxa de ocupação e participação, os números apontam uma redução desses indicadores em ambas as faixas etárias. Os resultados não chegam a causar surpresa, posto que a aceleração da taxa de desocupação dos jovens é recorrente na história brasileira.

Para muitos estudiosos defensores da vertente teórica do Capital Humano, a escolaridade do indivíduo é uma influente característica para obter uma posição no mercado de trabalho. Os dados sobre esses grupos permitiram concluir que a taxa de desocupação cresceu em todos os níveis de escolaridade, sendo o maior aumento no nível de escolaridade do ensino superior, caracterizando uma elevação de 5,49%. Todavia, quando se considera a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020, verifica-se que os indivíduos com ensino médio apresentam a maior taxa de desocupação (18,75%). Outro ponto interessante a se destacar, é a questão de que as pessoas sem instrução juntamente com os indivíduos com ensino superior apresentam as menores taxas de desocupação. Essa informação demonstra que mesmo com um nível de escolaridade maior – comparando os indivíduos sem instrução e as pessoas com ensino fundamental e médio -, as pessoas que apresentam elevado níveis de instrução não estão imunes ao desemprego. Ressalta-se que houve uma redução das taxas de ocupação e participação em todos os níveis de escolaridade em comparação com os trimestres analisados. Também se enfatiza o resultado da taxa de participação da população sem instrução, o qual houve uma contração de aproximadamente 4%, a maior entre os níveis de escolaridade.

O presente trabalho também se propõe a explorar as mudanças na composição do desemprego na Região Nordeste entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, de acordo com a metodologia de Corseuil et al (1997). Em conformidade com os autores, a participação do grupo populacional  $i$  no desemprego da Região Nordeste pode ser decomposta pela equação (1):

$$\frac{U_i}{U} = \frac{U_i}{N_i} \times \frac{N_i}{P_i} \times \frac{P_i}{P} \times \frac{P}{N} \times \frac{N}{U} \quad (1)$$

Onde:

$U_i$  é a quantidade de pessoas desempregadas do grupo  $i$ ;

$U$  é a quantidade total de desempregados;

$N_i$  é a quantidade de pessoas do grupo  $i$  membros da PEA;

$N$  é a quantidade de membros da PEA da Região Nordeste;

$P_i$  é a quantidade de pessoas do grupo  $i$  membros da PIA;

$P$  é a quantidade de membros da PIA da Região Nordeste.

A equação (1) pode ser reescrita da seguinte maneira:

$$\frac{U_i}{U} = \frac{U_i/N_i}{U/N} \times \frac{N_i/P_i}{N/P} \times \frac{P_i}{P} \quad (2)$$

Ao tornar-se a equação (2) na sua forma logarítmica<sup>9</sup>, têm-se:

$$\ln \frac{U_i}{U} = \left[ \ln \frac{U_i}{N_i} - \ln \frac{U}{N} \right] + \left[ \ln \frac{N_i}{P_i} - \ln \frac{N}{P} \right] + \ln \frac{P_i}{P} \quad (3)$$

Mediante a equação (3), pode-se obter:

$$\Delta \ln \frac{U_i}{U} = \left[ \Delta \ln \frac{U_i}{N_i} - \Delta \ln \frac{U}{N} \right] + \left[ \Delta \ln \frac{N_i}{P_i} - \Delta \ln \frac{N}{P} \right] + \Delta \ln \frac{P_i}{P} \quad (4)$$

Desta maneira, por meio da equação (4), constata-se que a variação da participação das pessoas do grupo *i* no estoque de desempregados do Nordeste necessitará de três fatores, a saber: 1) variação da taxa de desemprego do grupo em relação à variação da taxa de desemprego total da Região Nordeste; 2) variação da taxa de participação na PEA do grupo em relação à variação da taxa de participação na PEA da Região Nordeste; 3) variação do peso do grupo na PIA da Região Nordeste.

O primeiro termo  $\Delta \ln (U_i/N_i) - \Delta \ln (U/N)$  evidencia que o desemprego foi motivado pelo lado da demanda por trabalho. Por outro lado, os termos  $\Delta \ln (N_i/P_i) - \Delta \ln (N/P)$  e  $\Delta \ln (P_i/P)$  demonstram que o desemprego foi motivado pelo lado da oferta por trabalho. De acordo com Bastos (2010), ao adotar essa metodologia, objetiva-se entender como os três fatores presentes na equação (4) afetam as mudanças na composição do desemprego na Região Nordeste, verificando o nível de intensidade. A definição de desemprego pode ser distinta de acordo com o pensamento defendido na literatura econômica. Destarte, existem duas abordagens importantes que discutem esse tema, a saber: a abordagem clássica e a keynesiana. A principal diferença entre essas vertentes se encontra na questão do mercado de trabalho, especialmente, no estabelecimento do emprego e do produto. Ao passo que para os clássicos, o volume de emprego é quem estabelece o produto, e em contrapartida, para Keynes é o produto, por meio da demanda efetiva, que vai determinar o nível de emprego na economia.

De acordo com Dathein (2000), na visão dos clássicos, os indivíduos são responsáveis pelo seu desemprego e nessa vertente a demanda não determina o volume de emprego, e sim o nível de emprego, através do salário real, será determinante para o nível de renda, produto e demanda na economia. Para tanto, o funcionamento do mercado de trabalho é primordial na economia, dado que se o mesmo não se encontrar em equilíbrio, desequilibram-se outros mercados e afetam negativamente o sistema econômico. Como resultado, a teoria clássica constitui o equilíbrio do mercado de trabalho como um aspecto essencial para que a economia funcione. Conforme Ócio (1995), nessa teoria, o desemprego é tido como voluntário, e o mesmo está relacionado à exigência de salários reais acima do nível de equilíbrio, pois quando os salários são elevados e o custo marginal do trabalho excede a produtividade, ocorre uma abundância de oferta de mão de obra.

Keynes buscou criticar os fundamentos descritos no parágrafo anterior, baseados na noção de que o volume de emprego seria determinado pelo próprio mercado de trabalho, singularizando o desemprego voluntário (BASTOS, 2017). Segundo Dathein (2000), Keynes

<sup>9</sup> Segundo Corseuil *et al* (1997, p. 451), “a função logaritmo representa uma aproximação razoável para as taxas de crescimento de uma dada função contínua”.

entendia que para disseminar os aspectos sobre o desemprego não devia se iniciar pelo estudo do mercado de trabalho. A teoria do emprego keynesiana é fundamentada no princípio da demanda efetiva, o qual é definido pelo ponto em que a procura global é equivalente à oferta global (MISSIO; OREIRO, 2006). Para a vertente keynesiana, o desemprego é resultado da insuficiência da demanda agregada, encarregada pela capacidade produtiva. Desta maneira, se não houver demanda para os trabalhadores no processo produtivo, essas pessoas continuarão involuntariamente desempregadas, mesmo com a atenuação de seus salários. Então, para Keynes (1985), haverá desempregados involuntários quando ocorrer um crescimento nos preços dos bens de consumo relativamente aos salários nominais, cenário onde tanto a oferta de mão de obra quanto a demanda agregada são maiores que o volume de emprego existente na economia.

Diante das ponderações brevemente expostas sobre o desemprego entre os clássicos e keynesianos, o posicionamento utilizado nesse presente trabalho, está alicerçado na concepção de que o desemprego é, substancialmente, involuntário. Em outros termos, o desemprego presente na economia do Nordeste é justificado pelo lado da demanda por trabalho. Desta maneira, na Tabela 04, serão apresentados os resultados das mudanças na composição do desemprego na região conforme a análise dos primeiros trimestres de 2019 e 2020.

**Tabela 04** – Mudanças na composição do desemprego da Região Nordeste para os seguintes grupos: gênero, raça/cor, faixa etária e escolaridade: primeiros trimestres de 2019 e 2020.

	$\Delta \ln (U_i/U)$	$\Delta \ln (U_i/N_i) - \Delta \ln (U/N)$	$\Delta \ln (N_i/P_i) - \Delta \ln (N/P)$	$\Delta \ln (P_i/P)$
Homens	0,0042	0,0046	-0,0022	0,0018
Mulheres	-0,0042	-0,0047	0,0022	-0,0017
Branco	-0,0190	0,0085	-0,0043	-0,0228
Negro	0,0217	0,0037	0,0102	0,0078
Jovens	-0,0139	0,0133	-0,0035	-0,0236
Adultos	0,0155	-0,0130	0,0156	0,0129
Sem instrução	-0,0640	0,0020	-0,0305	-0,0360
Ensino Fundamental	-0,0400	0,0101	-0,0088	-0,0410
Ensino Médio	0,0071	-0,0143	-0,0062	0,0276
Ensino Superior	0,0895	0,0337	-0,0009	0,0567

Fonte: Elaboração dos autores conforme os dados da PNADC através da metodologia de Corseuil *et al* (1997).

Consoante a Tabela 04, verifica-se que a participação das mulheres no estoque de desocupados [ $\Delta \ln (U_i/U)$ ] reduziu na Região Nordeste, com uma intensidade de -0,0042. A atenuação do peso da PIA [ $\Delta \ln (P_i/P)$ ] foi um dos fatores que colaboraram para que houvesse a diminuição da contribuição das mulheres no desemprego total da região nos primeiros trimestres de 2019 e 2020. Analisando a demanda por trabalho, captada pelo termo [ $\Delta \ln (U_i/N_i) - \Delta \ln (U/N)$ ], constata-se uma redução do desemprego das mulheres, uma vez que seu resultado foi negativo, o que indica uma diminuição da participação da demanda no desemprego do Nordeste nos trimestres analisados. Com isso conclui-se que houve uma redução da participação das mulheres no desemprego e maior inserção deste grupo no mercado de trabalho nordestino, dado que a redução da demanda por trabalho foi de -0,0047, uma contração maior em relação aos fatores que envolvem a oferta de trabalho, mais precisamente o peso da PIA.

Por outro lado, os homens aumentaram em 0,0042 sua participação no estoque de desocupados no Nordeste. Essa elevação do grupo no desemprego total foi motivada pelo crescimento dos fatores que captam a demanda por trabalho, o grupo aumentou sua contribuição no desemprego no Nordeste em 0,0046. Houve uma contração da participação masculina na PEA [ $\Delta \ln (N_i/P_i) - \Delta \ln (N/P)$ ] em -0,0022, porém insuficiente para que houvesse a redução no desemprego.

Entre os brancos e os negros, percebe-se que houve uma redução da participação dos indivíduos brancos no estoque de desocupados [ $\Delta \ln (U_i/U)$ ] em -0,0190. Os fatores que englobam a oferta por trabalho com caráter demográfico e socioeconômico asseguraram a atenuação dos brancos no desemprego do Nordeste nos primeiros trimestres de 2019 e 2020. Destaca-se que o aumento da demanda por trabalho entre os brancos não foi suficiente para elevar o estoque de desocupados dos brancos. Em relação aos negros, verifica-se que ocorreu um crescimento do grupo no desemprego do Nordeste, sendo os fatores relacionados à demanda e oferta por trabalho preponderante nesses resultados, visto que todos aumentaram as suas contribuições no desemprego. Os fatores da oferta por trabalho tiveram maior intensidade nessas conclusões, destacando-se a participação de 0,0102 dos negros no peso da PEA. Porém, não se deve desconsiderar que a contribuição de 0,0037 na demanda por trabalho do grupo no desemprego da região também teve sua importância para as considerações do estoque de desocupados do Nordeste nos trimestres analisados.

Os resultados dos jovens e adultos apontam uma redução dos jovens no estoque de desocupados [ $\Delta \ln (U_i/U)$ ] em -0,0139 e uma elevação dos adultos em 0,0155. Os jovens atenuaram a sua participação no desemprego do Nordeste, muito pelo fato da redução dos fatores relacionados à oferta por trabalho, dado que o peso da PEA [ $\Delta \ln (N_i/P_i) - \Delta \ln (N/P)$ ] no desemprego contraiu em -0,0035 e o peso da PIA [ $\Delta \ln (P_i/P)$ ] em -0,0236. Em relação à demanda por trabalho, verifica-se que houve uma expansão desses fatores no desemprego total, representando uma elevação de 0,0133. Desta maneira, percebe-se que ocorreu um aumento da participação da demanda por trabalho no desemprego nos trimestres analisados. Contudo, nota-se que os fatores que abrangem a oferta por trabalho com aspecto demográfico e socioeconômico possibilitaram a diminuição dos jovens no desemprego da região. No que se refere aos adultos, a elevação do grupo no estoque de desocupados pode ser explicada pelo aumento da participação no peso da PIA e da PEA, fatores associados à oferta por trabalho. Pela ótica da demanda por trabalho, percebe-se que a intensidade desse fator no desemprego reduziu em -0,0130, porém o mesmo não foi suficiente para a redução dos adultos no desemprego do Nordeste nos primeiros trimestres de 2019 e 2020.

Em relação aos níveis de instrução, constata-se que as pessoas sem instrução e com ensino fundamental reduziram sua participação no estoque de desocupados da Região Nordeste, respectivamente em -0,0640 e -0,0400. Os aspectos associados da oferta por trabalho foram preponderantes para os resultados, e esses dados demonstram uma diminuição da oferta por trabalho no Nordeste para essas pessoas. A demanda por trabalho para esses dois grupos – sem instrução e ensino fundamental – aumentaram nos trimestres analisados, evidenciando o crescimento da demanda por trabalho no desemprego total da região nos trimestres de 2019 e 2020. A população com ensino médio elevou a sua contribuição no desemprego, sendo o aumento do peso da PIA importante pra essa conclusão. A diminuição de -0,0143 dos fatores da demanda por trabalho não foi suficiente para o grupo atenuar a sua participação no desemprego total do Nordeste. As pessoas com ensino superior também aumentaram a sua participação no estoque de desocupados, mas diferentemente das pessoas com ensino médio, o aumento da demanda por trabalho em 0,0337 e do peso da PIA em 0,0567 foram relevantes para o crescimento do grupo no desemprego total da região.

As decomposições permitiram concluir que as mulheres têm reduzido a sua participação no desemprego total do Nordeste, representando uma maior atuação feminina no mercado de trabalho nordestino. Contudo, ressalta-se que ainda há muito para se realizar no campo da

desigualdade de gênero no Nordeste, dado que as mulheres representam a maior parcela da taxa de desocupação em relação aos homens no primeiro trimestre de 2020, com um percentual de 17,79%. É importante ressaltar que o trabalho não analisou os rendimentos entre os gêneros, o que pode demonstrar outras características sobre a desigualdade entre homens e mulheres, assim como nos outros grupos analisados na pesquisa. Em referência a raça/cor, constatou-se que os indivíduos negros são os que mais contribuíram no desemprego total, demonstrando que a localidade ainda sofre por questões raciais em relação a esse grupo. Entre a faixa etária, os jovens reduziram a sua participação no estoque de desocupados nos trimestres de 2019 e 2020, porém, os jovens são em relação a todos os grupos analisados os que apresentam a maior taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020, correspondendo 28,34%. Por fim, no tocante aos níveis de instrução, inferiu-se que a população da região que apresenta os menores níveis de escolaridade – sem instrução e ensino fundamental – foram os que reduziram as suas participações no desemprego total, e por outro lado, as pessoas que possui ensino médio e superior foram as que aumentaram as suas contribuições no desemprego da região. Percebe-se através dos dados sobre os níveis de instrução que não há garantia que as pessoas mais escolarizadas tenham empregos estáveis no mercado de trabalho nordestino.

Os resultados encontrados até aqui apresentam que a Região Nordeste ainda apresenta, significativamente, problemas estruturais no mercado de trabalho. Pessoas de cor negra, mulheres, jovens e trabalhadores com nível fundamental ou médio de escolaridade ainda são os que mais sofrem com os gargalos do mercado de trabalho nordestino. Além disso, dada a metodologia da decomposição do desemprego apresentada neste trabalho, problemas relacionados ao lado da demanda por trabalho são o que assolam o cotidiano da Região Nordeste. As mudanças nas políticas econômicas realizadas a partir de 2016, de caráter mais liberal, tendem a agravar esse quadro, dado que, pelos resultados, não se mostraram suficientes para melhorar a situação do mercado de trabalho, seja no Nordeste ou no Brasil.

Desse modo, salienta-se que a Região Nordeste ainda precisa de ações efetivas para que a redução de desigualdade, almejada desde a década de 1950, possa se concretizar. Apesar dos avanços nas condições de vida propiciadas por políticas realizadas entre 2004 e 2015, ainda assim, há muito para avançar no que tange à desigualdade de gênero e raça, na inserção de pessoas jovens no mercado de trabalho, na criação de vagas que exigem qualificação para pessoas com maiores níveis de escolaridade e na redução da taxa de desocupação dos trabalhadores nordestinos. Uma ação coordenada entre União, estados e municípios, que envolva não apenas o aprofundamento do desenvolvimento da região e o crescimento econômico como um todo, mas englobe também questões sociais, culturais e locais, pode ser uma resposta de curto prazo para o problema que afeta o mercado de trabalho nordestino. Além disso, a interação entre universidade e empresas do local e uma melhor integração dos polos mais desenvolvidos nos estados da Região Nordeste podem incentivar inovações e melhorias na atmosfera empresarial, com a criação de mais postos de trabalho formais e, conseqüentemente, maior desenvolvimento e menor desigualdade para o Nordeste. A próxima seção apresenta as conclusões deste trabalho, atreladas ao processo metodológico e os resultados encontrados por este estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da história da Região Nordeste demonstra um atraso em comparação com as demais regiões brasileiras, que perdura até nos dias de hoje. Com o decorrer do tempo essa localidade tem enfrentado grandes mudanças estruturais, apontando uma importância dos planos de políticas econômicas e sociais da esfera federal. Todavia, apesar dessas transformações relevantes, ainda assim, o território nordestino defronta-se com desigualdades

sociais e econômicas, com destaque para as elevadas taxas de desocupações na região no período de 2015-2018, sendo essas maiores que a média nacional ao longo de todo o intervalo temporal.

O trabalho procurou compreender as características recentes do mercado de trabalho nordestino nos primeiros trimestres de 2019 e 2020, com intuito de colaborar para a formulação de políticas públicas em um futuro próximo, diante dos resultados do trabalho. Os dados encontrados na pesquisa demonstraram que as questões estruturais e históricas da região ainda persistem. Por meio da análise descritiva, verificou-se que todos os grupos analisados aumentaram sua taxa de desocupação no período mencionado. Os indivíduos negros, mulheres, jovens e os trabalhadores com ensino fundamental e médio são os que mais sofrem pelos problemas do mercado de trabalho da Região Nordeste. Ademais, diante dos resultados das mudanças na composição do desemprego da região, percebeu-se que os fatores relacionados pelo lado da demanda por trabalho foram os que mais impactaram os grupos analisados do território nordestino.

As políticas de agenda liberal implementadas após 2016 e intensificadas com o Governo Bolsonaro tendem a impactar ainda mais esse cenário, visto que, a conclusão do trabalho demonstra que tais políticas não são o bastante para modificar o quadro desfavorável do mercado de trabalho regional e nacional. O processo de recuperação da economia passa pela elevação da demanda agregada, ou seja, pelo aumento do consumo das famílias, do nível de investimentos e do volume de gastos do governo.

Para conter a crise econômica e social que já estava atrelada no país e agora nesse momento com a pandemia do vírus SARS-COV-2, conhecido popularmente como Covid-19, é necessário a ação do Estado. Atualmente não é possível estimular a demanda procurando os efeitos multiplicadores, muito pelos efeitos da pandemia dentro da sociedade, sendo importante mencionar o isolamento social e a redução da atividade econômica e produtiva. Desta maneira, conforme Carvalho (2020), é preciso incentivar a demanda agregada por meio de transferências de rendas, as quais vão garantir a subsistência da população mais carente. A autora ressalta a adesão de redes de proteção social, como a renda emergencial e no que se refere às empresas, o objetivo seria evitar as falências, promovendo linhas de créditos para estas, principalmente as de menor porte.

Enfim, é necessário olhar com mais atenção para a Região Nordeste, dado que como verificou-se nesse presente estudo, a mesma ainda sofre com problemas estruturais que estão enraizados na sua história. É primordial reverter esse cenário do mercado de trabalho nordestino, para garantir as conquistas dos trabalhadores, possibilitando usufruir de uma vida digna em seu cotidiano. Para tanto, o governo precisa retomar os fatores da demanda agregada, para que não aumente ainda mais a taxa de desocupação na região, e conseqüentemente, as desigualdades no território, pois os que mais sofrem com esse cenário são os grupos mais desprivilegiados na sociedade como: mulheres, negros, jovens, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ANTIGO, Mariangela Furlan. **Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte: evidências de transição e permanência (1997 a 2001)**. 98 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2005.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. **Mercado de Trabalho no Brasil: Antes, Durante... e Depois?**. **Temas de Economia Aplicada**, São Paulo: FIPE, 2020.

- ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 55-77, 1997.
- ARRUDA, Danilo. A política regional no Brasil: uma análise dos planos para o Nordeste a partir de uma visão sistêmica. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 61-91, 2018.
- BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- BASTOS, R. L. A. Desemprego Metropolitano no Brasil -1999-2007. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, XVII. **Anais...** Caxambu-MG, 2010.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o Brasil contemporâneo. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 7, p. 51-107, 2017.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.**, Recife, 2019. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/images/arquivos/planejamento/PRDNE/PRDNE-consultapublica-apoio.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, n. 7, p. 23-51, 2018.
- CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. In: AZEVEDO, Gabrielli de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Editora Todavia, 2020.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O desenvolvimento da Região Nordeste nos anos pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 134, p. 21-36, 2018.
- CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Orgs.). **Manual de Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

- COLOMBO, Luciléia Aparecida. Federalismo e o Nordeste Brasileiro: as políticas de desenvolvimento regional na era Fernando Henrique Cardoso. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, n. 7, p. 296-321, 2018.
- CORSEUIL, C. et al. Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995. **Economia Aplicada**. São Paulo: USP, v. 1, n. 3, p. 443-467, 1997.
- CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maira Albuquerque Penna. Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise nº 64**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- DATHEIN, Ricardo. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica**: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana. 213 f. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2000.
- DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009.
- \_\_\_\_\_. A nova geografia econômica do Brasil. In : VELLOSO, J. P. R. (org.). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio. 2000
- FERNANDES, Cláudia Monteiro. Desigualdades raciais e de gênero entre categorias ocupacionais qualificadas: mudanças recentes na concentração em diferentes regiões do Brasil urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16º, **Anais...** Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2019.
- FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari et al. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- FLORI, Priscilla Matias. Desemprego de jovens no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n.1, p. 29-60, 2005.
- FURTADO, Celso. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene. **A Defesa Nacional**, v. 49, n. 574-575, 1962.
- GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, 1997.
- KEYNES, J. M. **Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, José Dari et al. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2019; 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnadcontinua.html?=&t=microdados>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Políticas de desenvolvimento Regional no Brasil: evolução recente dos mecanismos Nacionais e Estaduais - O caso do Nordeste**. 176 f. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 1998.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, n. 1, p. 20-42, 2005.

LOIOLA, Elizabeth. Desenvolvimento regional e as políticas públicas: o caso do Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 34, n. 2, p. 225-241, 2003.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais...** Vitória-ES, 2019.

MENEZES-FILHO, N.; PICHETTI, P. Os Determinantes da Duração do Desemprego em São Paulo, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro: IPEA, vol. 30, n. 1, p. 23-48, 2000.

MISSIO, F. J.; OREIRO, J. L. Equilíbrio com pleno emprego e equilíbrio com desemprego em um contexto de preços e salários flexíveis: o debate entre Keynes e os (neo) clássicos. Texto para discussão. **Revista Economia & Tecnologia**, 2006. Disponível em: <[http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/textos\\_discussao/texto\\_para\\_discussao\\_ano\\_2006\\_texto\\_05.pdf](http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2006_texto_05.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2020.

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, 2000.

ÓCIO, Domingo Zurrón. O emprego na teoria econômica. **Relatório de pesquisa nº 11/1995**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações (NPP) – FGV, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2951/Rel1195completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar**, 2019.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. The value of the ability to deal with disequilibria. **Journal of economic literature**, v. 13, n. 3, p. 827-846, 1975.

SILVA, Luciana Portilho da. **Mercado de trabalho e as diferenças de gênero: o caso das ocupações de nível superior no Brasil (2004-2013)**. 172 f. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2020.

SOUZA, Rodrigo Leme. Um breve comentário do mercado de trabalho do Brasil. **Revista de Ciencias Empresariales y Sociales**, v. 2, n. 3, p. 26-41, 2020.

TROVÃO, Cassiano J.B.M.; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Mercado de Trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Economia do Nordeste**, Brasil, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019.

UDERMAN, Simone. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: Limites de uma nova agenda para Nordeste. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 104-129, 2008.

ZANIN JÚNIOR, João Paulo. Seguridade Social e Déficit Orçamentário: A Reforma Estrutural e Seus Reflexos No Trabalho. **Rede Iberoamericana de Pesquisa em Seguridade Social**, v. 1, n. 1, p. 5-16, 2019.